



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2013
------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
--------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
-------------	----------------

UNIDADE CORREICIONADA:	1ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia
------------------------	---

PERÍODO CORREICIONADO:	1º/02/2012 A 31/01/2013
------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	Juiz Aldon do Vales Alves Taglialegna
-------------	---------------------------------------

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Cynthia Thereza Bacelar Xavier	Diretora de Secretaria Substituta da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Geisa Azevedo Carlos Campelo	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.909
2	Processos remanescentes do período anterior	547
3	Processos resolvidos	2.748
4	Produção	80%
5	Processos pendentes de julgamento	727
6	Execuções iniciadas	422
7	Processos recebidos na fase de execução	92
8	Execuções encerradas	332
9	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas)	677
10	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas)	22
11	Execuções no arquivo provisório	331
12	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas)	139
13	Total de execuções (soma dos itens 9, 10, 11 e 12)	1.169
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS		
14	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	515
15	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	526
16	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	58
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS		
17	Cartas precatórias expedidas	86
18	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	108
19	Cartas precatórias pendentes de devolução	43
20	Número de processos recebidos no período anterior	2.633
21	Número de processos recebidos no período correicionado	2.909
22	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	10%
23	Número de processos na fase de execução no período anterior	1151
24	Número de processos na fase de execução no período correicionado	1169
25	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	1,56%

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 - Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	FERNANDO DA COSTA FERREIRA
Juiz Auxiliar	-
Juiz Substituto	-

2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo	-	-	-	-	-

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 - Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
		X

2.4.2 - Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário	X	

2.4.3 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	154
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	81
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	24
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	39

2.4.4 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	29
Ordinário	73

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	424
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	3
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	14
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	16

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 - Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	39,08
---	-------

2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	4
Ordinário	3

2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	X	X
Juiz Auxiliar (se houver)		
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória

	4
--	---

2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	1
Sentença na fase executória	-
Embargos de declaração	-

2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
0002356-73.2012	31/01/13	47	Whatmann Barbosa Iglesias
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			1

2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT - 30 dias)	33
Ordinário (segundo diretriz da Administração 100 dias)	92

2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	47%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	62%	

2.9 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	22%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	16%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	53%

2.10 - Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
Fernando da Costa Ferreira	02/12	148	68	0	0	1	2	0
	03/12	138	44	1	0	4	1	0
	04/12	127	34	0	0	1	0	0
	05/12	136	29	0	0	5	2	0
	06/12	27	6	0	0	0	0	0
	07/12	177	75	0	0	4	1	0
	08/12	189	62	0	0	4	2	0
	09/12	165	46	0	1	4	0	0
	10/12	108	24	0	0	2	1	0
	11/12	69	22	0	0	2	3	1
	01/13	103	19	5	0	0	0	2
	TOTAIS	1387	429	1	0	27	12	3
Blanca Carolina Martins Barros	10/12	18	9	5	0	0	1	0
	TOTAIS	18	9	5	0	0	1	0
Carlos Alberto Begalles	01/13	81	23	0	0	0	0	0
	TOTAIS	81	23	0	0	0	0	0
Celismar Coêlho de Figueiredo	10/12	157	28	2	2	1	2	0
	11/12	72	26	18	26	0	1	0
	12/12	0	5	55	27	4	0	0
	01/13	0	2	0	41	3	0	0
	TOTAIS	229	61	19	24	8	3	0
Ceumara de Souza Freitas e Soares	09/12	36	7	7	0	0	0	0
	10/12	0	1	0	15	0	0	0
	TOTAIS	36	8	4	8	0	0	0
Maria das Graças Gonçalves Oliveira	02/12	150	80	2	4	9	0	2
	03/12	145	71	4	7	4	0	0
	04/12	56	26	5	1	7	1	1
	05/12	103	29	3	2	5	1	0
	06/12	143	56	3	0	0	5	0
	07/12	205	66	0	1	6	3	1
	08/12	190	56	1	1	2	3	1
	09/12	43	14	2	0	3	2	1
	10/12	0	1	0	0	1	2	0
	12/12	0	1	0	0	0	0	0
	01/13	0	1	0	8	0	0	0
	TOTAIS	1035	401	2	2	37	17	6
Osmar Pedroso	09/12	84	12	2	1	0	0	0
	10/12	69	22	9	11	3	0	0
	11/12	0	5	27	25	4	0	0
	12/12	0	1	62	0	1	0	0
	TOTAIS	153	40	25	9	8	0	0
Sara Lúcia Davi Sousa	03/12	1	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	1	1	0	0	0	0	0
Whatmann Barbosa Iglesias	11/12	78	20	1	1	1	1	0
	12/12	143	53	5	3	0	1	2
	01/13	0	4	1	0	4	0	0
	TOTAIS	221	77	2	1	5	2	2

3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 - Estrutura da Secretaria****3.1.1 - Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Mirtes Maria Oliveira Castro	Diretor de secretaria	Efetivo
Janaína dos Santos Póvoa	Assistente de diretor	Efetivo
Paula Lorena Ribeiro	Secretaria de audiência	Efetivo
Neuraci dos Santos Oliveira	Secretaria de audiência	Efetivo
Caroline Rabelo Orro	Assistente de Juiz	Efetivo
Laís Elaine Marculino Alves	Assistente de Juiz	Efetivo
Rogério Barboza da Silva	Assistente 2	Efetivo
Gleudson Augusto Pacheco	Assistente 2	Cedido Municipal
Rafael Vasconcelos Moitinho Vilela	-	Efetivo
Regina Célia de Araújo Pereira	-	Efetivo
Suelem Bringel Silva	-	Efetivo
Marcos Vinicius Gomes Rabelo	-	Estagiário
Gerson de Sousa Romão	-	Menor-aprendiz

3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	15
Notebooks	1
Impressoras	3
Multifuncionais	2
Fax	1
Digitalizadora	1
Leitores óticos	2

3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	1
Atualização de cálculos	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-

3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da íntegra dos processos, quando da implantação do processo digital?		X	
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do Novo PGC?	X		
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		A unidade inclui para tentativa de conciliação os processos da fase de execução mensalmente. Entretanto, a taxa de congestionamento na fase de execução é de 53% , inferior a média do Regional que é de 61%. Além disso não houve aumento significativo do número de processos na fase de execução.
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do Novo PGC)?	X		
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do Novo PGC?	X		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do Novo PGC?	X		
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do Novo PGC?		X	
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, I da Consolidação do Provimentos da CGJT?	X		
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?		X	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do Novo PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar exemplos)	X		
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, com a consequente alteração dos dados cadastrais nos sistemas informatizados?	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do Novo PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do Novo PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento definitivo do processo?	X		Conforme informado pelo Diretor de Secretaria a unidade arquivou definitivamente os processos em que houve expedição de certidão de crédito para habilitação no juízo falimentar em desconformidade com o artigo 246 do PGC.
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do Novo PGC?		X	
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?	X		
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do Novo PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução nas Ações de Execução de crédito previdenciário, inclusive os previstos no art. 159 do Novo PGC?	X		Utilização preponderante do BACENJUD e RENAJUD.
19	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC		X	
20	A unidade possui processos com o último andamento AQCC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?	X		
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido? Dê exemplos.	X		A reunião não importa na extinção da execução.
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)	X		
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)		X	
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		

5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 - Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA			Não há senha para acesso ao sistema
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X sempre que há determinação em sentença para que se faça tal encaminhamento		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	Xsempre que há determinação em sentença para que se faça tal encaminhamento		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	Xsempre que há determinação em sentença para que se faça tal encaminhamento		

5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
5.1 que a secretaria utilize no sistema assinador/publicador a correta nomenclatura dos atos processuais que são por ele disponibilizados na rede mundial de computadores, conforme disposição do artigo 55, parágrafo 1º, do PGC, e do artigo 18, inciso V, alínea h, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho - CPCGJT;	X		Atendeu parcialmente.
5.2 que a unidade passe a adotar o procedimento previsto na Recomendação Conjunta nº 2/GP.CGJT, de 28 de outubro de 2011, noticiada através do Ofício-Circular TRT 18ª Região GP/SGP nº 01/2012, no sentido de proceder o encaminhamento de cópia das sentenças que reconheçam conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria-Geral Federal.	X		

6.2 - Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho UTILIZA corretamente o Check list elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: 895-66.2012,1003-95.2012,1044-62.2012, 2323-83.2012, 2400-92.2012, 254-78.2012, 523-20.2012, e 784-82.2012).
2	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança, correta e regularmente, no SAJ os valores decorrentes dos acordos e o recolhimento previdenciário, descumprindo, assim, o disposto no artigo 163 e parágrafos do PGC (processos: 1044-62.2012, 2323-83.2012 e 254-78.2012) .
3	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, foram constatados os seguintes procedimentos : 1044-62.2012 (Não há certidão informando a não comprovação dos recolhimentos previdenciários decorrentes do acordo homologado; Não há homologação dos cálculos de liquidação da contribuição previdenciária executada) e 0784-82.2012 (Não há certidão informando a não comprovação dos recolhimentos previdenciários decorrentes do acordo homologado; Não há homologação dos cálculos de liquidação da contribuição previdenciária executada).
4	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho arquivava definitivamente os processos em que foi decretada falência do executado após a expedição de certidão para habilitação do crédito do exequente no Juízo Falimentar, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 247, § 2º do PGC (processos: 895-66.2012, 1003-95.2012 e 523-20.2012)
5	Nos processo a seguir relacionados, com sentenças proferidas , constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO cumpre o artigo 81 do PGC, uma vez que não constam do texto das sentenças condenatórias em que figurem pessoas jurídicas no pólo passivo, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: 1174-52.2012, 2866-86.2012 e 2808-83.2012)
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO profere sentenças líquidas (processos: 1174-52.2012, 261-70.2012, 2866-86.2012 e 2808-83.2012)
7	No processo a seguir relacionado, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO expede os ofícios determinados na sentença, de forma eletrônica, conforme convênios com os órgãos destinatários (processos: 628-94.2012)
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que são cumpridos os artigos 76 e 81 do PGC nos acordos homologados pela Vara do Trabalho, contendo as respectivas atas homologatórias as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 773-53.2012, 127-43.2012,1400-52.2012, 1165-90.2012 e 1430-92.2012))
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a UTILIZAÇÃO de conta particular para pagamento dos acordos homologados (processos: 127-43.2012,1400-52.2012, 1165-90.2012 e 1430-92.2012)
10	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: 789-07.2012 e 1822-32.2012).

Item	Constatações
11	Constatou-se que a Secretaria da Vara procede ao lançamento dos códigos com regularidade, atentando aos prazos. Não foi detectada, portanto, uma quantidade significativa de casos de possíveis irregularidades procedimentais. Entretanto, nos processos a seguir relacionados há maior possibilidade de equívoco: 126900-41.2009 (Último andamento lançado no SAJ de "DIRETOR DE SECRETARIA - BACENJUD" há mais de dois meses); 490-30.2012 (Último andamento lançado no SAJ de "DIRETOR DE SECRETARIA - CONVÊNIOS" há mais de dois meses.); 219800-14.2007 (Último andamento lançado no SAJ de "CARGA COM OUTROS" há mais de um ano.); 194800-46.2006 (Último andamento lançado no SAJ de "EXECUÇÃO SUSPensa" há mais de um ano.)
12	Constatou-se, em 08/03/2013, através do módulo de gerenciamento de processos - Birô, nos relatórios "Prazo" e "Pendências para o Diretor", foram encontrados processos com data limite vencida, como é o caso dos processos a seguir relacionados: 168200/2009-85, 1411/2012-86, 2503/2011-36, 490/2012-30, 204/2012-52, 2399/2012-10, 1522/2012-70, 2706/2012-61.
13	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de dois meses, sendo que após esse prazo, mantendo-se inerte o exequente, arquiva provisoriamente processo pelo prazo de dois anos, no caso de crédito trabalhista, e pelo prazo de cinco anos, no caso de crédito previdenciário e fiscal (processos: 1434-66.2011, 1736-95.2011, 2482-60.2011, 787-37.2012 e 846-25.2012);
14	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPensa", indicando o motivo, e o andamento "ARQUIVO PROVISÓRIO", conforme determinação do Juízo (processos: 1434-66.2011, 1736-95.2011, 2482-60.2011, 787-37.2012 e 846-25.2012)
15	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que NÃO consta do edital de citação a data e o número da inscrição no Registro da Dívida Ativa, descumprindo o artigo 8º, IV da Lei 6830/80 e artigo 183, inciso II do PGC (processos: 2129-83.2012 e 2134-08.2012);
16	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que nos editais de Intimação expedidos pela Vara do Trabalho NÃO constam o número das CDAs, descumprindo o disposto no artigo 185 do PGC (processos: 1716-07.2011 e 2001-97.2011);
17	Nos processos em fase de execução previdenciária verificados, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 175 do PGC e na Portaria do Ministério da Fazenda nº 435/2011 ao dispensar a intimação da União acerca da conta de liquidação, em razão do valor apurado (processos: 2725-04.2011, 103-15.2012, 847-10.2012, 1822-32.2012 e 2203-40.2012)
18	Nos processos a seguir relacionando, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO recolhe a contribuição previdenciária conforme o procedimento previsto no § 4º e 5º do artigo 177 do PGC, nos casos em que o executado deposita o valor total da execução em conta judicial (processos: 2725-04.2011, 103-15.2012, 847-10.2012 e 2203-40.2012)
19	Nos processos em fase de execução previdenciária verificados, constatou-se que a Secretaria da Vara LANÇA no SAJ os valores referentes ao recolhimento previdenciário e às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 2725-04.2011, 103-15.2012, 847-10.2012, 1822-32.2012 e 2203-40.2012), deixando, todavia, de lançá-los com regularidade nos demais processos.
20	Nos processos em fase de execução previdenciária verificados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO homologa os cálculos de liquidação da contribuição previdenciária decorrente do acordo, sendo que após a liquidação, expede-se, imediatamente, mandado de citação do executado (processos: 2725-04.2011, 103-15.2012, 847-10.2012, 1822-32.2012 e 2203-40.2012)

Item	Constatações
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista verificados, constatou-se que NÃO há decisão de homologação da conta de liquidação da sentença transitada em julgado ou do acordo não cumprido (processos: 1747-27.2011, 59-93.2012, 244-34.2012 e 709-43.2012)
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista verificados, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza apenas os convênios BACENJUD, RENAJUD, não adotando outros meios, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição (processos: 244-34.2012, 2069-13.2012 e 1747-27.2011)
23	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista verificados, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios antes de qualquer medida constritiva de seus bens, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos: 244-34.2012 e 209-11.2011).
24	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista verificados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença líquida, descumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: 2147-41.2011 e 251-26.2012)
25	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo-se o disposto no artigo 346 do PGC (processos: 1833-95.2011, 145-64.2012, 1241-17.2012 e 1634-73.2011) .
26	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO cumpre o disposto no artigo 128 do PGC, uma vez que não consta da última folha dos autos o Termo de remessa contendo rol de feriados, indicação do rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença (processos: 2080-76.2011, 1866-85.2011, 2069-47.2011 e 1074-97.2012).
27	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho analisa, constando do despacho, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: 2080-76.2011, 1866-85.2011, 2069-47.2011 e 1074-97.2012)
28	Nos processos a seguir relacionados foram utilizadas nomenclaturas erradas no visualizador de processos na internet para se referir a alguns atos processuais (processos: 2080-76.2011, 1866-85.2011, 2069-47.2011)
29	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 01/02/2012 e 15/02/2013, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências em todos os dias da semana, de segunda a sexta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 12 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências 17 (dezessete) processos.
30	Analizados por amostragem os atos processuais no período correccionado, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 3 (três) dias em desacordo com o disposto no artigo 189, inciso I do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 1 (um) dia, portanto, dentro do prazo previsto no artigo 190, inciso II do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho.
31	Analizados processos tomados por amostragem, constatou-se os seguintes prazos médios para solução de incidentes nas fases de conhecimento e execução: 4 dias para julgamento de embargos de declaração e 4 dias para julgamento de embargos à execução;
32	Nos processos 1734-91/2012, 2500-47/2012, 359-55/2012 não foi lançado o andamento estatístico correspondente à conclusão para julgamento de embargo de declaração - QJED. No processo 1200-21/2010, não foi lançado o andamento estatístico correspondente à conclusão para julgamento de embargo à execução - QJEE.